

A questão do petróleo e suas implicações na Guerra do Iraque

Claudia Musa Fay

Doutora em História pela UFRGS, Professora do Departamento de História da PUCRS.

Resumo

A guerra contra o Iraque, iniciada em março de 2003, chamada pelos norte-americanos de “liberdade iraquiana”, representou mais uma demonstração da sua superioridade militar e da estratégia traçada para assegurar a manutenção da hegemonia na região, nos próximos anos. O esfacelamento dos regimes comunistas na Europa e a dissolução da União Soviética colocaram fim à estrutura bipolar do sistema internacional, abrindo uma nova era nas relações entre as nações, caracterizada pela supremacia dos EUA. Este artigo pretende analisar em que medida as alterações de poder no sistema internacional se relacionam com o conflito no Iraque. Procuramos relacionar, historicamente, os conflitos ocorridos no Golfo Pérsico com as alterações de poder na ordem internacional. Enfocamos a questão do petróleo como um fator que acirra as disputas, bem como as intervenções na região.

Palavras-chave

Iraque; relações internacionais; petróleo.

Abstract

The war against Iraq begun in March 2003, called by North-Americans as Iraqi freedom, has represented one more demonstration of its military superiority and strategy, devised to assure the maintenance of the hegemony in the region for the years to come. The breakdown of the communist regimes in Europe and the dissolution of the Soviet Union have put an end to the bipolar structure of the international system, opening up a new era in the relations among nations, characterized by the U. S. supremacy. The present article aims to analyze to

what extent the alterations of power in the international system relate with the conflict in Iraq. We have attempted to historically relate the conflicts occurred in the Persian Gulf with the alterations of power in the international arena. We have focused on the issue of petroleum as a factor that stirs up the disputes as well as the interventions in the region.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 05.05.03.**

O esfacelamento dos regimes comunistas na Europa e a dissolução da União Soviética colocaram fim à estrutura bipolar do sistema internacional, abrindo uma nova era nas relações entre as nações, caracterizada pela supremacia dos EUA. Em contraste com o final do século XIX, quando o Império britânico disputava a hegemonia com outros Estados, os norte-americanos não encontram, hoje, um adversário equivalente.

A guerra contra o Iraque, iniciada em março de 2003, chamada pelos norte-americanos de “liberdade iraquiana”, representa mais uma demonstração da sua superioridade militar e da estratégia traçada para assegurar a manutenção da hegemonia na região, nos próximos anos.

Desde o início do Governo Bush, houve uma mudança na forma de atuar do Estado norte-americano no cenário internacional. Enquanto a Administração Clinton privilegiou a diplomacia econômica e a cooperação multilateral, o governo de George W. Bush endureceu as relações com outros países, recusando submeter-se aos acordos multilaterais e, ao mesmo tempo, aumentando a militarização.

Depois dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o Governo norte-americano, além de ter ampliado os investimentos na tecnologia militar, inclusive desenvolvendo projetos de militarização do espaço, não tem respeitado os esforços internacionais sobre questões relacionadas ao controle do meio ambiente, aos direitos humanos e à manutenção da paz.

Neste artigo, pretendemos analisar em que medida as alterações de poder no sistema internacional se conectam com o conflito no Iraque. Procuramos relacionar, historicamente, os conflitos ocorridos no Golfo Pérsico com as alterações de poder na ordem internacional. Enfocamos a questão do petróleo como um fator que acirra as disputas, bem como as intervenções na região.

1 - Um século de conflitos na região do Oriente Médio

Desde o final do século XIX, um novo fator, o petróleo, aumentou consideravelmente o interesse pelas regiões do Oriente Médio e do Golfo Pérsico. A divisão dos territórios asiáticos pertencentes ao Império otomano, que se esfacelava, foi feita através de acordos secretos entre as potências imperialistas durante a Primeira Guerra Mundial. Depois do término do conflito, a Grã-Bretanha e a França, através do Tratado de Sèvres¹, passaram a exercer o controle da região, conforme o acertado anteriormente. Aos ingleses interessava garantir o controle da rota da Índia, através do canal de Suez, e a anexação da Mesopotâmia. A Turquia, embora tenha mantido o poder em Constantinopla, assegurou liberdade de navegação internacional nos estreitos da região e perdeu, definitivamente, a Arábia Saúdita, que se tornou independente, a Síria, o Líbano, o Iraque, a Palestina e a Transjordânia, convertidos em “mandatos” pelos franceses e britânicos.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, consolidou-se uma alteração na ordem mundial, passando-se a hegemonia para os EUA e a URSS, e explodiram, na região, movimentos nacionalistas pela descolonização. Esses movimentos repercutiram na questão do petróleo, provocando a nacionalização das empresas.

Como havia feito, em 1947, no Mediterrâneo Oriental, a Grã-Bretanha reconheceu que não possuía mais condições de dominar a região e solicitou a intervenção dos EUA, que avançaram para ajudar e para assumir a função de potência protetora na Grécia e na Turquia.

Em 1951, no Irã, a nacionalização da Companhia Anglo-Iraquiana de Petróleo, controlada por capitais britânicos, foi exemplo de mudanças na região. A empresa inglesa explorava o petróleo na região desde o início do século.

Em 1953, os EUA e a Grã-Bretanha realizaram uma intervenção conjunta na região e mantiveram o Xá do Irã, no poder frente ao movimento nacionalista que desejava retirá-lo do trono. Na ocasião, garantir o fluxo de petróleo era essencial para a luta contra os comunistas na Coreia.

Durante as décadas de 50 e 60, o petróleo manteve-se estável, como se verifica na Tabela 1. O preço do barril de petróleo manteve-se baixo, contribuindo para o aumento do consumo. O regime petrolífero era um oligopólio privado com estreitos laços entre as empresas e os governos dos países consumidores. Até

¹ O Tratado de Sèvres foi assinado em 11 de agosto de 1920.

então, as empresas petrolíferas, conhecidas por Sete Irmãs², determinavam a quantidade de petróleo produzida.

Tabela 1

Preços do barril de petróleo — 1950-1983

(US\$)

ANOS	VALOR	ANOS	VALOR
1950	1,75	1978	12,70
1970	1,80	1979	13,34
1973 (1)	2,18	1980	26,00
1973 (2)	5,12	1981-82	34,00
1974 (3)	10,84	1983	29,00

FONTE: MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1992. p. 174.

NOTA: Os preços têm como base os da Arábia Saudita.

(1) O dado refere-se ao mês de setembro. (2) O dado refere-se ao mês de outubro. (3) O dado refere-se ao mês de janeiro.

Durante as duas guerras do Oriente Médio (1956 e 1967), os países árabes tentaram estabelecer um embargo petrolífero, mas não foram bem-sucedidos, porque os EUA utilizaram suas reservas para produzir petróleo e fornecê-lo para a Europa. No entanto, quando a produção norte-americana decaiu em 1971, os EUA começaram a importar petróleo, perdendo o poder de equilibrar o mercado petrolífero, que passou para países produtores como a Arábia Saudita e o Irã.

Em 1960, quando foi criada a Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), grande parte dos membros ainda mantinham laços coloniais com os países europeus.

Em 1961, a Grã-Bretanha, mesmo enfraquecida, reagiu e evitou a tentativa iraquiana de anexar o Kuwait, mas, por volta de 1971, ela pôs fim a seu papel a

² Sete Irmãs — expressão criada por Enrico Mattei, *Sette Sorelle*, para designar a Aramco-Jersey (Exxon), a Socony-Vacuum (Móbil), a Standard of Califórnia (Chevron) e a Texaco, além da Gulf, Royal Dutch/Sell e da British Petroleum. Uma oitava irmã era a francesa CPF, que não cabia na designação anglo-saxônica (YERGIN, 1992, p. 519).

leste de Suez. Os EUA, por sua vez, em 1971, estavam envolvidos com a Guerra do Vietnã e relutaram em desempenhar um papel militar no Golfo Pérsico.

Em 1972, a nacionalização, pelos iraquianos, da Irak Petroleum Company, dominada por três quartos de capital anglo-saxão, foi inaceitável para os norte-americanos. Desde então, não somente o petróleo iraquiano não foi mais para as companhias norte-americanas, como novos produtores chegaram ao mercado. Isso contribuiu para a queda dos preços, aumentando a oferta.

A quarta guerra árabe-israelense no Oriente Médio deu um impulso à OPEP. Num sinal de que poderiam usar o seu poder, os países árabes cortaram o fornecimento de petróleo em 1973.³

Após 1973, houve uma importante alteração no regime que geria o petróleo. Os países produtores estabeleceram o ritmo da produção e, por conseguinte, tiveram forte influência nos preços. Houve um deslocamento de poder para a OPEP, que tinha como membros a Argélia, a Arábia Saudita, a Indonésia, o Iraque, o Irã, o Qatar, o Kwait, a Líbia, os Emirados Árabes Unidos e a Venezuela, países que, reunidos, respondiam por 80% das exportações mundiais. A consolidação da OPEP representava uma tentativa de mudar o cartel privado para um governamental.

O choque do petróleo terminou por apresentar vantagens para os EUA, que ganharam por diversos motivos. De um lado, porque eram menos dependentes que os europeus e os japoneses da importação de petróleo; de outro, porque os países produtores de petróleo investiram os recursos obtidos com o comércio do petróleo no mercado financeiro norte-americano, o que provocou valorização do dólar frente às demais moedas. Os perdedores foram os países subdesenvolvidos dependentes do petróleo.

A situação na região havia se alterado por completo, e todos os países locais eram independentes. Simultaneamente ao crescimento do nacionalismo, assistiu-se a um aumento nos custos de intervenção militar. Era muito mais dispendioso usar a força contra um povo nacionalista, desperto e descolonizado.

Assim sendo, o Presidente Nixon e o Conselheiro de Segurança Henry Kissinger desenharam uma nova estratégia, assentada fortemente nos poderes regionais. O instrumento escolhido foi o Irã, pois julgavam que um país com poder hegemônico na região poderia substituir o papel de policial britânico de forma barata.

³ A Guerra do Yom Kippur teve início em 6 de outubro de 1973.

2 - A questão do petróleo

Depois das crises do petróleo da década de 70, a política norte-americana de importação do produto tem sido feita no sentido de diversificar os fornecedores. Num esforço para reduzir sua dependência energética do Oriente Médio, os EUA têm feito seus aprovisionamentos com os vizinhos Canadá, México, Venezuela e Colômbia, com os produtores europeus, como a Grã-Bretanha e a Noruega, e com os países africanos produtores de petróleo, caso de Angola, Nigéria e Gabão. Todos esses fornecedores, bem como a Arábia Saudita e o Iraque, disputam o gigantesco mercado norte-americano. O Iraque, mesmo sob embargo, era o quinto fornecedor em 2001, com 740.000 barris/dia, dentro do acordo Petróleo por Alimento da ONU.

A tentativa dos países produtores de petróleo de intervir no conflito do Oriente Médio, decretando o embargo de 1973, inaugurou, no contexto da Guerra Fria, um período de incertezas e inquietações. Havia a preocupação em preservar a segurança do aprovisionamento de petróleo do mundo industrializado.

Dois anos depois da revolução islâmica iraniana de 1979, explodiu a guerra entre Irã e Iraque. No conflito, os EUA apoiaram oficialmente o Iraque. O ditador Saddam Hussein recebeu o apoio de países árabes de maioria sunita, do Ocidente e de Israel para conter a expansão da “revolução islâmica”, conclamada pelo líder religioso xiita aiatolá Khomeini.

A guerra entre o Irã e o Iraque fez com que aumentasse, nos EUA e na comunidade internacional, a preocupação em garantir as reservas de petróleo. Essas inquietações resultaram numa contínua presença militar norte-americana no Golfo Pérsico e na permanente reavaliação dos laços políticos, militares e estratégicos entre os países da região.

3 - A importância do petróleo para a hegemonia norte-americana

As reservas atualmente conhecidas podem fornecer petróleo para os próximos 40,9 anos. Dois terços das reservas já descobertas em 1998 se encontram no Oriente Médio — 25% na Arábia Saudita, 10% no Iraque, 9% no Kwait e 9% nos Emirados Árabes — (Chalmin, 1999, p. 95).

A repartição do aprovisionamento de petróleo é o mais inquietante. Os países do Oriente Médio pertencentes à OPEP, que hoje possuem o domínio de 27% da produção mundial, passarão a deter 62% em 2020, segundo projeções da Agência Internacional de Energia (AIE).

Chalmin analisa os recursos naturais disponíveis no início do século XXI (Tabela 2), demonstrando que mais preocupante que a falta do petróleo é a sua concentração geográfica nos países da região do Golfo e membros da OPEP. Mesmo levando em conta o alerta do autor sobre suas reflexões, pois não se deve deixar de considerar a capacidade de adaptação e a inventividade humana, os dados apresentados ajudam a formar um cenário e proporcionam uma maior compreensão do problema nos nossos dias.

Tabela 2

Produção e projeção da produção de petróleo
no mundo — 1996, 2010 e 2020

(milhões de barris/dia)			
DISCRIMINAÇÃO	1996	2010	2020
Países da OPEP do Oriente Médio	17,2	40,9	45,2
Resto do mundo	45,5	38,0	27,0
TOTAL	62,7	78,9	72,2

FONTE: AIE, 1998 *apud* CHALMIN, Philippe. **Géopolitique des ressources naturelles**: prospective 2020. RAMSES 2000. Paris: Dunod, 1999. p. 95.

Entre 1995 e 2020, segundo a AIE, a demanda mundial de energia aumentará 66%, devendo 95% desse crescimento ser fornecido pela energia fóssil.

O primeiro cenário é o de uma desestabilização na região do Golfo, tornando impossível o fornecimento de petróleo dessa região. A Guerra do Golfo seria um exemplo. O outro cenário seria o da reconstituição da OPEP na versão 1974 a 1985 (Tabela 3), quando a organização conseguiu impor seu preço ao mercado. Os dois cenários não favorecem a manutenção da hegemonia norte-americana.

Na questão do petróleo, a partir do momento em que os EUA passaram a consumir mais do que produzir, com a perspectiva de, num futuro próximo, se tornarem dependentes, passou a ser necessário garantir o fluxo de petróleo do Golfo Pérsico.

Tabela 3

Estado das reservas mundiais de petróleo — 1997

(milhões de barris/dia)	
DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS
América do Norte, Europa, África e Rússia	13,1
Países exportadores não membros da OPEP	14,4
OPEP	75,2

FONTE: BP Statistical Review *apud* CHALMIN, Philippe. **Géopolitique des ressources naturelles**: prospective 2020. RAMSES 2000. Paris: Dunod, 1999. p. 95.

Pierre Noel, ao estudar a questão do petróleo, demonstrou que, desde 1949, os EUA passaram a ser importadores de petróleo. Entre 1949 e 1970, o petróleo importado passou de 10% para 23% do total consumido no País. Entre 1978 e 1985, as importações baixaram devido ao desenvolvimento da prospecção no Alasca (Prudhoe Bay) e à queda da demanda, ligada ao aumento dos preços promovidos pela OPEP (Noel, 2003, p. 7).

Nesse mesmo período, conforme os estudos do autor, a produção norte-americana caiu ao ritmo de 2% ao ano, enquanto as importações cresceram 5% em média. Ou seja, os EUA, atualmente, já importam 54% do petróleo que consomem e podem chegar a 2020 precisando importar 70% do que necessitam.

A política adotada pelo Governo norte-americano foi a de garantir o aprovisionamento. Para compreender essa estratégia, é preciso considerar que os EUA consomem mais petróleo do que produzem e que esse desequilíbrio será agravado nos próximos anos. Essa dependência crescente contraria a política da potência única, que não pode depender de uma região conflituosa, nem de uma organização de produtores articulada, para garantir o suprimento de suas necessidades.

Dessa forma, segundo o autor, enquanto não ocorre uma revolução tecnológica nos transportes, os EUA devem continuar implementando e investindo maciçamente na segurança das regiões produtoras e na construção do mercado mundial de petróleo não regulado pela OPEP.

4 - Política externa norte-americana para manutenção da hegemonia

A partir do Governo Reagan, no início da década de 80, foi formulada uma política energética em relação às reservas de petróleo. A opção por uma política liberal implicou, necessariamente, para os EUA, a dependência do petróleo. De fato, o momento Reagan correspondeu à entrada do País numa dependência aceita e assumida.

No seu governo, foi, então, formulada uma política de segurança das reservas de petróleo que envolvia a segurança do Oriente Médio. O esforço constituiu-se em melhorar o acesso das reservas mundiais aos capitais privados de exploração e de produção, ou seja, implantar uma política de portas abertas no Oriente Médio, com o objetivo de favorecer a diversificação da oferta de petróleo mundial e enfraquecer a OPEP (Noel, 2003, p. 10).

Essa política vem sendo mantida, como demonstram as recomendações de Paul Wolfowitz e I. Lewis Libby, no estudo intitulado *Defense Policy Guidance* (1992-1994 apud Golub, 2001), para garantir a posição de potência única adotada pelos EUA. Embora tenham sido escritas pouco depois da queda da URSS e da primeira guerra contra o Iraque, tais recomendações continuam sendo muito atuais, mesmo porque seus autores ocupam, hoje, postos de destaque no governo de George W. Bush.

Paul Wolfowitz, atual Secretário-Adjunto de Defesa encarregado do Sudeste Asiático e da zona do Pacífico, e I. Lewis Libby, Conselheiro para Questões de Segurança do Vice-Presidente Dick Cheney, pretendiam “(...) impedir toda potência hostil de dominar regiões cujos recursos lhes permitam ascender ao *status* de grande potência” e “(...) desencorajar os países industrializados avançados de toda tentativa visando a desafiar nossa liderança ou a modificar a ordem política e econômica estabelecida e prevenir a emergência futura de um concorrente global” (Golub, 2001, p. 3).

Em 1999, durante a campanha presidencial, Bush declarou que o País devia ter uma posição forte para que nenhuma potência, ou coalizão de potências, viesse ameaçar a estabilidade, particularmente na Ásia. Ao mesmo tempo, o Vice-Presidente Dick Cheney afirmava que “(...) o problema era definir os nossos interesses estratégicos, os que merecem mobilização de forças e a eventual perda de vidas americanas” (Klare, 2001, p. 6).

Logo após sua eleição em 2000, George W. Bush pediu ao Secretário de Defesa Donald Rumsfeld a definição de uma estratégia de guerra norte-americana para o século XXI. No início de 2001, o Presidente criou um grupo de estudos denominado *National Energy Policy Development Group*, e confiou ao Vice-Presi-

dente Dick Cheney a missão de determinar uma política energética para os 25 anos futuros. Esse grupo elegeu como prioritários dois objetivos: aumentar as importações do Golfo e colocar em prática uma política rigorosa de diversificação das fontes de abastecimento. O Oriente Médio é a pedra angular da estratégia: para Washington, é fundamental conservar a região dentro de sua esfera de influência.

Para Klare (2001, p. 6), o Governo Bush construiu uma nova estratégia de defesa, que o autor chamou de “americanocentrismo”, já que ele coloca os EUA no centro. Ela está baseada em três pilares: em uma doutrina de utilização de todas as forças para maximizar os interesses nacionais; na capacidade que o País tem de projetar suas forças militares por todo o mundo; e na supremacia perpétua, ou seja, na garantia da permanência dos EUA como potência única.

Na realidade, a experiência do início da década de 70 fazia com que a alta dos preços fosse interessante para os EUA, que passaram a desejá-la por quatro razões: obtinham maiores lucros na exploração; aumentavam a dependência da Europa e do Japão; asseguravam para seus aliados, clientes e produtores, como o Irã e a Arábia Saudita, um grande rendimento; e favoreciam os bancos anglo-saxões, onde o ganho com o petróleo ajudava a frutificar os capitais norte-americanos e ingleses.

A partir de 1988, o cisma islâmico deixou de constituir uma ameaça para o mundo árabe e, em particular, para os regimes petrolíferos pró-norte-americanos. Os problemas continuavam sendo o Iraque e seu nacionalismo, as idéias sobre a unidade árabe e os interesses do petróleo. Aos olhos norte-americanos, um sucesso do islamismo poderia ter suas conseqüências indesejáveis.

A diminuição do preço do barril pelo aumento da oferta árabe não interessava aos norte-americanos nem aos ingleses, uma vez que o preço de extração do petróleo no Mar do Norte chegava a ser 10 vezes maior que no Oriente Médio.⁴ A segunda conseqüência indesejada é que a unidade árabe ameaçava a existência do Estado de Israel.

Até a Guerra do Golfo (1990), o Iraque exercia uma pressão de baixa dos preços do barril que era contrária à estratégia norte-americana, fundada sobre a otimização dos rendimentos do Kwait e da Arábia Saudita.

Em 1990, o Iraque resolveu invadir o Kwait pelo não-pagamento da guerra contra o cisma iraniano. Foi esse também, o ano da reunificação alemã e do esfacelamento soviético, uma situação desfavorável ao Iraque, que não podia contar com o auxílio soviético para se contrapor aos EUA. Os norte-americanos

⁴ O custo da produção do barril do petróleo no Iraque é baixo, apenas cinco euros contra 15 nos EUA. Conseqüentemente, propicia maiores lucros para quem o explora no Oriente Médio.

organizaram uma coalizão internacional — formada por Grã-Bretanha, França, Síria, Emirados Árabes Unidos, Egito e Arábia Saudita — contra Saddam Hussein e conseguiram a aprovação do Conselho de Segurança da ONU.

Na década de 80, a postura norte-americana na região fora diferente: no conflito entre o Irã e o Iraque, os EUA não intervieram diretamente. Eles utilizaram o Iraque para conter o Irã.

A guerra entre o Irã e o Iraque foi anunciada como defensiva por Saddam Hussein; os EUA ficaram como espectadores. Na época, Washington não aprovava as idéias de pan-islamismo pregadas por Saddam e tinha relações rompidas com Bagdá.

Mas, em 1982, a situação havia mudado. Em fevereiro daquele ano, o Iraque já não figurava mais na lista dos Estados terroristas. O risco passou a ser o expansionismo do Irã na região. Os EUA passaram a apoiar o Iraque na tentativa de conter o crescimento do poder dos aiatolás do Irã na região.

Depois do sucesso inicial, o exército de Saddam enfrentava dificuldades, e as tropas iranianas aproximavam-se de Bassorah, segunda cidade do País. Se ela caísse, o Irã ameaçaria tomar o Kwait, os Emirados Árabes e a Arábia Saudita, colocando em risco o fornecimento de petróleo para o Ocidente. Para evitar o fracasso iraquiano, a Administração Reagan e, a seguir, o governo de George Bush (pai) decidiram apoiar Saddam Hussein.

A decisão oficial de 26 de novembro de 1983 estipulou que os EUA fariam o que fosse necessário para evitar uma derrota iraquiana. O País passaria a fornecer ao Iraque produtos químicos, inseticidas, tubos metálicos, mísseis e computadores para uso civil e militar.

Veja-se o depoimento de Howard Teicher (*apud* Leser, 2003, p. 4), membro do Conselho Nacional de Segurança do Governo Reagan e um dos responsáveis pela política em relação ao Iraque, fornecido num testemunho sobre o processo de vendas de armas para o Iraque:

“Os Estados Unidos sustentaram ativamente o esforço de guerra iraquiano. Eles forneceram créditos, informações, conselhos militares, e seguiram atentamente a provisão de armas para o país a fim de assegurar que Bagdá teria o equipamento necessário para não perder a guerra” (Leser, 2003, p. 4).

A segunda crise do Golfo começou em 2 de agosto de 1990, quando Saddam Hussein invadiu o Kwait. O Iraque reclamava que o Kwait era uma criação artificial dos colonizadores e que ele não deveria ser um Estado independente.

Havia profundas razões econômicas para esse gesto. O Iraque ficara arrasado pela guerra de oito anos com o Irã e possuía uma dívida de US\$ 10 bilhões por ano. O Kwait, com enormes excedentes de petróleo e população reduzida, não estava cumprindo os acordos petrolíferos da OPEP.

A agressão iraquiana suscitou uma reação norte-americana, com apoio do Conselho de Segurança da ONU, através da operação denominada “tempestade no deserto”, mobilizando uma vasta coalizão de 32 países, dentre eles a Inglaterra, a França e países árabes, como Egito, Síria, Paquistão, Bangladesh e Marrocos.

A invasão do Kuwait pelo Iraque, em 1990, e a mobilização internacional contra Bagdá marcaram uma conjuntura internacional caótica, que acompanhava o esfacelamento da URSS, e vieram a legitimar a permanência de forças militares nesses países.

Depois desse episódio até a crise atual, passando pelos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, o Governo de Washington não parou de se preocupar com sua influência no Golfo.

É possível dizer que as imposições e sanções feitas ao Iraque pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas podem ser comparadas a uma guerra não declarada. Os sofrimentos impostos à população iraquiana nos últimos 12 anos assemelham-se aos resultantes de uma guerra. Os resultados são, praticamente, os mesmos: mesma destruição de seu bem-estar e comprometimento de seu futuro. Além disso, poucos imaginam a extensão dos desgastes feitos à infraestrutura civil iraquiana durante os bombardeios de 1991. A maior parte não foi refeita depois da guerra devido à falta dos rendimentos do petróleo, insuficientes por causa das sanções, e ao isolamento do Iraque.

Em 1996, as vendas autorizadas de petróleo através da Jordânia e o contrabando chegavam a US\$ 500 milhões. Cabe lembrar que, em 1980, as exportações de petróleo chegavam a US\$ 26 bilhões. As quantidades autorizadas pela ONU através do acordo Petróleo por Alimento não satisfaziam um quarto das necessidades da população. A retirada do embargo estava condicionada ao desarmamento do País. A economia havia se exaurido, e a população estava subalimentada. A população civil iraquiana foi vítima da queda de braço entre os EUA e o Iraque.

O embargo levou o País a condições pré-industriais. No entanto, ele não enfraqueceu o regime de poder, que podia contar com a venda do petróleo no mercado negro estrangeiro para comprar simpatizantes e manter a segurança.

Entre 1995 e 1996, o preço do petróleo voltou a subir, ficando em torno de US\$ 24,00 o barril. O retorno do Iraque ao mercado em 10 de dezembro de 1997, através do acordo Petróleo por Alimento com a ONU, significou um aumento de 500.000 barris/dia e um montante de US\$ 2 bilhões. Em 1998, o barril oscilou entre US\$ 20,50 e US\$ 18,00 e, em 2000, custava US\$ 25,70, atingindo os níveis de 1991 (Bilan du Monde, 2000, p. 182).

Essa inversão de tendência foi feita pelos produtores, que tiveram, no ano de 1998, perdas de 40% de seus rendimentos. O excesso de produção conjugado com a crise asiática, que diminuiu a demanda, fragilizou os exportadores de

petróleo. Para parar as perdas, três países, a Arábia Saudita, a Venezuela — membros da OPEP — e o México, decidiram reagir e diminuíram a produção, o que fez baixar os estoques mundiais.

As tensões entre a ONU e o Iraque voltaram a elevar os preços. Depois de 10 anos, Bagdá contestava o embargo. Reagindo às queixas norte-americanas de volta da inflação, Arábia Saudita, México e Venezuela prometeram garantir a estabilidade dos preços em nível conveniente aos produtores e consumidores. Em 2001-02, de menos de US\$ 20,00, o preço começou a oscilar entre US\$ 25,00 e US\$ 30,00 o barril, para terminar o ano em US\$ 33,00.

As últimas semanas de dezembro de 2002 foram marcadas pela paralisação total da produção na Venezuela, oitavo produtor e quinto exportador mundial. O movimento de contestação ao Presidente Hugo Chávez fez o barril subir a mais de US\$ 30,00 dólares. Para tentar resolver a questão, os 11 países da OPEP resolveram, em 12 de dezembro de 2002, elevar a quantidade de petróleo oferecido. Aparentemente, uma medida contraditória, mas que visava dar credibilidade à organização no mercado internacional. A produção foi fixada em 21,7 bilhões de barris/dia, excluído o Iraque devido ao embargo.

A queda dos preços, em 1998, ainda está na memória dos países produtores. Os mercados deprimidos foram dramaticamente ampliados pelas vendas indisciplinadas dos países produtores da OPEP: o preço do barril caíra para menos de US\$ 10,00.

Depois dos atentados de 11 setembro de 2001, a posição da Arábia Saudita passou a ser vista com desconfiança. Como se viu, o País é o primeiro produtor mundial e possui as maiores reservas, seguido pelo Iraque. Além disso, controla a OPEP. O País, aliado tradicional dos EUA, começou a ter dificuldades para conter o sentimento antiamericano na sua população. Para o Governo norte-americano, o controle do Iraque contribuiria para regular, de forma duradoura, o preço do petróleo.

Estabilizar os preços do petróleo poderá representar uma injeção de ânimo nas economias européias e norte-americana e diminuir a presença central da Arábia Saudita, que, aos olhos norte-americanos, parece desempenhar um papel suspeito no financiamento do islamismo radical e do terrorismo.

A questão da baixa dos preços agitou o meio do petróleo ao longo do outono e do inverno de 2002. Depois de cair até US\$ 18,00 o barril durante o inverno de 2001, o custo do petróleo bruto tornou a subir a US\$ 30,00 no final de setembro de 2002 e voltou ao seu preço médio de US\$ 24,00 no início de dezembro de 2002 para chegar a US\$ 31,20 no final de dezembro devido à situação venezuelana (Bilan du Monde, 2002, p. 198). O mundo todo começou a sentir uma diminuição no crescimento econômico.

A perspectiva de um retorno rápido do petróleo iraquiano ao mercado, no caso de uma rápida vitória dos EUA, foi vista como uma boa nova no início da Guerra. O País voltaria a ser, potencialmente, o segundo produtor mundial, pois dispõe de reservas importantes, depois da Arábia Saudita e da Rússia. Segundo Sadowski (2003, p. 18), as reservas iraquianas de petróleo bruto são de 112,5 bilhões de barris. Resta saber quanto custará recolocar o potencial industrial em ordem, muito deteriorado depois da Guerra e do embargo econômico. Estudos feitos por especialistas indicam que os investimentos em novas tecnologias e o reaparelhamento dos poços poderão dobrar a produção.

A retirada de Saddam Hussein do poder poderá proporcionar aos EUA o acesso a um dos petróleos mais competitivos do mundo e um dos mais fáceis de extrair. Um sonho para o país de George W. Bush, que é o primeiro importador de petróleo do mundo e cuja relação com o maior fornecedor, a Arábia Saudita, se tensiona.

Por trás da queda do regime ditatorial, estava o futuro da segunda reserva mundial de petróleo. A colocação de ferramentas novas de extração, extenuadas depois de 12 anos de embargo, deve provocar um aumento da produção e das exportações.

A administração de George W. Bush invocou numerosas razões para justificar a Guerra: eliminar armas de destruição em massa, combater o terrorismo, prevenir ameaças contra Estados vizinhos, libertar o Iraque do ditador. Até mesmo o novo conceito “guerra preventiva” foi usado. No entanto, a fragilidade dos argumentos utilizados não conseguiu convencer a comunidade internacional. A prova disso foram as posições da França, da Rússia, da China e da Alemanha, além das manifestações pela paz que se espalharam pelo mundo.

Conclusão

Analisando a atuação internacional norte-americana desde o final da Segunda Guerra Mundial, percebemos mudanças na forma de agir, motivadas tanto pela alternância na ordem mundial quanto por questões conjunturais e regionais.

Até a Segunda Guerra, a região do Golfo Pérsico foi dominada pelos interesses ingleses e franceses: acordos assinados no final da Primeira Guerra haviam deixado para a Inglaterra o controle da Mesopotâmia, hoje Iraque.

Com o final da Segunda Guerra, houve a descolonização da região e o aumento dos nacionalismos. As duas potências vencedoras, EUA e URSS, passaram a disputar influência na região. Na década de 70, os EUA passaram a apoiar os poderes regionais, primeiramente o Irã e depois o Iraque. Após, com o

esfacelamento da URSS, os EUA formularam uma nova política para a região, pois o Iraque fugia ao controle.

A guerra entre Irã e Iraque teve grande importância, pois foi decisiva na remobilização de forças, justificou o orçamento militar norte-americano e conservou suas bases militares planetárias. A Guerra do Golfo, em 1991, salvou o complexo militar-industrial dos EUA, inquieto frente à perspectiva de uma ampla desmobilização decorrente da derrocada da URSS. Mas só esse terceiro confronto — a Guerra do Iraque em 2003 —, com a retirada de Saddam Hussein do poder, permitirá aos norte-americanos uma ocupação mais efetiva da região e o acesso às reservas de petróleo.

No final da Segunda Guerra Mundial, as bombas de Hiroshima e Nagasaki foram utilizadas para mostrar ao mundo e, principalmente, à URSS o poderio norte-americano. Causa horror imaginar que a população civil do Iraque e parte de sua cultura milenar necessitem desaparecer para os EUA assegurarem sua hegemonia na região.

Resta esperar que outras regiões consideradas estratégicas como o Iraque e que possuem grande interesse por representarem parte do abastecimento norte-americano de petróleo — caso da Venezuela, dos países da região do Mar Cáspio e do Golfo da Guiné (África) — não necessitem enfrentar situação similar.

Referências

BILAN DU MONDE, Paris: Le Monde, 1997.

BILAN DU MONDE, Paris: Le Monde, 1998.

BILAN DU MONDE, Paris: Le Monde, 2000.

BILAN DU MONDE, Paris: Le Monde, 2002.

CHALMIN, Philippe. **Géopolitique des ressources naturelles**: prospective 2020. RAMSES 2000. Paris: Dunod, 1999. p. 94.

GOLUB, Philip S. Rêves d'empire d'administration américaine. **Le Monde Diplomatique**, jul., 2001. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2001/07/GOLUB/15358>

KLARE, Michael T. Les trois piliers stratégiques de Washington. **Le Monde diplomatique**, jul., 2001. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2001/07/KLARE/15328>

LESER, Eric. Les États-Unis ont lourdement armé l'Irak dans les années 1980. **Le Monde**, Paris, 8 mars 2003, p. 4.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1992. p. 174.

NOEL, Pierre. Les États-Unis et le pétrole de Rockefeller à la Guerre du Golfe. **Questions Internationales**, n. 2, 2003. Disponible em: www.upmf-grenoble.fr/iepe/textos.PN-US-2002.pdf

SADOWSKI, Yahya. Vérités et mensonges sur l'enjeu pétrolier. **Le Monde Diplomatique**, Paris, avril, p. 18-19, 2003.

YERGIN, Daniel. **O petróleo**. São Paulo: Scritta, 1992.